

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Entraves à venda de ativos podem dificultar recuperação da Petrobras.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Agora vai?	4
Título: Relação etanol-gasolina desacelera em fevereiro	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	6
Título: Homens também criam minerais.....	6

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Entraves à venda de ativos podem dificultar recuperação da Petrobras**

TCU deve avaliar se libera estatal para se desfazer de negócios no dia 8.

Sem poder tocar seu programa de venda de ativos desde dezembro do ano passado, a direção da Petrobras está preocupada com o futuro dos negócios da companhia nos próximos meses. Impedida, desde 7 de dezembro, por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de continuar as negociações — que se somou a várias liminares na Justiça —, a estatal corre o risco de não conseguir executar seu programa de investimentos para este ano, da ordem de US\$ 15 bilhões, sem os recursos adicionais. E, quanto mais demorar para se chegar a uma solução do impasse, maior é a probabilidade de as empresas com as quais a Petrobras vinha negociando desistirem dos negócios. Além disso, a estatal pode não conseguir novos parceiros.

A Petrobras espera que o TCU julgue o processo da venda de ativos no próximo dia 8, liberando-a para retomar seu programa de parcerias, afirmou uma fonte. O TCU aprovou em dezembro uma medida cautelar que proíbe a estatal de concluir a venda de novos ativos e de iniciar novos projetos, à exceção de cinco que já estavam em fase de negociação adiantada. — Ou vende ativos para capitalizar a empresa, ou não se tem recursos para tocar os projetos. Com o elevado endividamento, a companhia não pode tomar mais empréstimos para investir, apenas para alongar as dívidas — destacou uma fonte próxima à estatal.

‘UM DOS PILARES’

Em nota, a Petrobras disse que trabalhou no aprimoramento de sua sistemática de venda de ativos e que aguarda a avaliação do TCU. A estatal deixou claro que o programa de parcerias e venda de ativos “é um dos pilares” para a sua recuperação financeira. E, em comunicado interno aos empregados no último dia 2, o presidente da companhia, Pedro Parente, destacou que a venda de ativos é fundamental para a sobrevivência da petrolífera. Parente ressaltou, no comunicado, que “parcerias e desinvestimentos são uma forma de evitar que sacrifiquemos nossos investimentos, para pagar a nossa dívida, que, como sabemos, ainda é muito elevada”. O endividamento, de R\$ 398,2 bilhões (até o terceiro trimestre de 2016), foi afetado nos últimos dois anos pelas consequências da revelação dos casos de corrupção e pela queda nos preços internacionais do petróleo.

Assim, para conseguir tocar seu plano de investimentos, a Petrobras incluiu em sua lista de ativos à venda participações em campos de petróleo, empresas petroquímicas, de fertilizantes, terminais de regaseificação e usinas produtoras de álcool e biodiesel, entre outras. No entanto, ao mesmo tempo em que estão a cada dia mais preocupados, os diretores da Petrobras se mostram otimistas em relação a uma decisão do TCU. Isso porque o ministro do TCU José Múcio deverá levar de volta ao plenário, no próximo dia 8, o processo referente à venda de ativos da Petrobras, do qual é relator.

De acordo com outra fonte, a direção da Petrobras espera que, além da medida cautelar que suspendeu a venda de ativos, seja julgado o seu mérito, para encerrar a questão de uma vez por todas, a fim de evitar futuros questionamentos do TCU. — A Petrobras está muito preocupada com a demora em tocar seu programa de venda de ativos, fundamental para prosseguir em seu projeto de recuperação da companhia, mas, ao mesmo tempo, está confiante de que o TCU vai liberar o processo — disse essa fonte.

MUDANÇAS NO PROCESSO

Segundo essa mesma fonte, a Petrobras aceitou e está adotando várias exigências feitas pelo TCU. A estatal se comprometeu a divulgar ao mercado que está colocando à venda determinado ativo ou parte dele, bem como a publicar a lista de todas as empresas e potenciais interessados em cada um dos itens em negociação. De acordo com o TCU, essas mudanças visam a tornar o processo de venda de ativos mais transparente e permitir maior competição. Segundo essa fonte, haverá mudanças no processo de acompanhamento da venda de ativos. Antes, este era monitorado pelo diretor financeiro da companhia, Ivan Monteiro, e pelo diretor da área do ativo objeto da negociação. Agora, todos os diretores da estatal vão acompanhar todas as etapas do processo.

META DE US\$ 21 BILHÕES

Por conta de liminares na Justiça, que se somaram ao impasse com o TCU, a Petrobras não conseguiu atingir a meta de US\$ 15,1 bilhões em vendas de ativos que previa para o período de 2015/16. As operações totalizaram US\$ 13,6 bilhões. Para o período de 2017/18, a meta é bem maior: US\$ 21 bilhões. No início de fevereiro, o Tribunal chegou a retomar a discussão, mas uma eventual decisão sobre o mérito do caso foi adiada devido ao pedido de vista do ministro Bruno Dantas.

Com isso, a cautelar continua em vigor. Dantas fez suas instruções e as apresentou ao relator do processo. Com isso, em vez de submeter seu voto ao plenário na reunião de 22 de fevereiro, o ministro José Múcio decidiu incorporar as sugestões de Dantas para a sessão do próximo dia 8.

ESTATAL É ALVO DE NOVOS PROCESSOS

HOUSTON- Dois grupos ambientalistas do Texas entraram com ação ontem nos Estados Unidos contra a refinaria de Pasadena, no Texas, controlada por uma subsidiária da Petrobras. O Environment Texas e o Lone Star Chapter do Sierra Club alegam que a companhia brasileira tem violado de forma contínua os limites de poluição. A polêmica refinaria de Pasadena já provocou perdas bilionárias para a Petrobras e foi alvo da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. — Aachamos que eles precisam ser responsabilizados por centenas de emissões de poluentes perigosos na comunidade — disse o diretor da Environment Texas, Luke Metzger.

A subsidiária da Petrobras disse que a refinaria opera de acordo com as regulamentações do governo. “A Pasadena Refining System está ciente da ação movida pelo Environment Texas e Sierra Club e está atualmente revisando o processo. Estamos comprometidos a seguir todas as regulamentações locais”, disse a companhia em brasileira em nota. Metzger afirmou que a subsidiária da Petrobras solicitou uma reunião com o Environment Texas e com o Sierra Club

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Opinião****Autor: Suely Caldas****Título: Agora vai?**

Ao sair de uma reunião recente com o presidente Michel Temer, a economista Maria Silvia Bastos esbanjava entusiasmo. Contou aos jornalistas ter listado para Temer os planos de privatização tocados pelo BNDES: já estão em fase de modelagem leilões de concessão de água e esgoto em seis Estados do Norte e Nordeste (entre eles o Maranhão, onde só 1,4% dos municípios fazem tratamento de esgoto) e mais quatro estão a caminho.

Além disso, o banco dialoga com governadores para tornar viáveis concessões num novo setor, o de distribuição de gás. Onde existem, esses serviços públicos são (mal) explorados por Estados e prefeituras e agora passarão por experiência inteiramente nova que pode resultar em duas saídas: venda de empresa do Estado a um investidor privado ou operação de parceria público-privada (PPP) com participação do poder público.

Se bem conduzidas e bem-sucedidas, essas operações de investimento podem tirar pedaços do Brasil de um trágico atraso social de pobreza e doenças vivido por 56% da população brasileira, que não conhece água limpa na torneira e sofre os riscos de contágio com dejetos em fossas rasas cavadas no quintal. Nos planos de privatização do BNDES há outro grupo de empresas que há anos figura nas listas de privatizáveis e delas insiste em não sair.

São seis distribuidoras estaduais de energia elétrica (Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas) que acumulam dívidas impagáveis, prejuízos que só crescem (em 2015 somaram R\$ 4 bilhões), prestam um serviço de péssima qualidade, são frequentemente multadas pela Aneel pelos inúmeros apagões que deixam a população no escuro e nunca cumprem metas de melhoria de desempenho.

Desde sempre dilapidadas por influentes políticos locais, que delas fazem uso para tirar proveito pessoal, praticar corrupção ou financiar suas campanhas eleitorais, essas empresas acabaram empurradas para a Eletrobrás no governo FHC, que não conseguiu privatizá-las. Porém, além de não acabar com a interferência depredadora dos políticos, a Eletrobrás passou a contabilizar crônicos e crescentes prejuízos delas em seu balanço financeiro, que ajudam a derrubar o preço de seus papéis e seu valor patrimonial.

Entre os maiores credores das seis estão as subsidiárias da Eletrobrás Eletronorte e Chesf, de quem recebem e não pagam a energia que distribuem. Ou seja, elas faturam dos consumidores, não pagam ao fornecedor da energia e ainda assim amargam elevados prejuízos. O BNDES contratou dois consórcios para avaliar passivos e ativos das seis distribuidoras, formatar o modelo de venda e prospectar interessados.

O superintendente de Desestatização do banco, Rodolfo Torres, reconhece ser “um trabalho de logística de guerra” privatizá-las, mas confia em concluir essa etapa no final de junho, partir para preparar os leilões e vendê-las até o final deste ano. Alguns passos foram dados nessa direção e o primeiro deles foi acabar com indicações políticas de paus-mandados de Sarney e Barbalho e nomear para a presidência da Eletrobrás alguém experiente e conhecedor do mercado de energia, o ex-presidente da CPFL Wilson Ferreira Júnior.

Dias depois da posse, o Conselho da Eletrobrás tomou a decisão inédita de não renovar a concessão das seis empresas, contrariando interesses de Brasília, porque tira da estatal o ônus de arcar com os prejuízos, transferindo-os para a União. Nada mais justo para os milhares de acionistas da Eletrobrás, que não pediram para abrigar esses incômodos inquilinos, ao mesmo tempo que pressiona o governo federal a acelerar a privatização.

Também funciona como atrativo para os interessados na compra, que ganharão o largo prazo de 30 anos de uma nova concessão. Será que agora vai?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Relação etanol-gasolina desacelera em fevereiro**

A relação entre os preços do etanol e os da gasolina diminuiu para 76,57% em fevereiro ante janeiro (77,45%), mas continua em nível elevado, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O resultado é o maior da série histórica, iniciada em 2003. “Não há sinal de queda abaixo de 70%, mas já deve deixar de ter pressão de que testará 80%. Deve ficar nessa toada até o início da safra de cana (abril)”, afirma André Chagas, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Mundo****Autor:****Título: Homens também criam minerais**

Oficialmente, a Terra se encontra na época do Holoceno. Contudo, desde o século 20, alguns especialistas defendem que esse capítulo se encerrou, dando lugar ao Antropoceno, uma era caracterizada essencialmente pela presença dominadora do homem no planeta. Nem todos aceitam a proposta, levantada, pela primeira vez, pelo químico holandês Paul Crutzen em 2001. Agora, um catálogo de minerais publicado pelo Instituto Carnegie de Ciência, nos Estados Unidos, pode dar mais peso à ideia de que se passou da hora de virar a página. O trabalho, divulgado na revista *American Mineralogist*, identifica, pela primeira vez, um grupo de 208 espécies minerais que não ocorrem espontaneamente na natureza, mas são produtos de atividades humanas.

De acordo com os autores, liderados pelo mineralogista Robert Hazen, a industrialização originou mais minerais na Terra do que qualquer outro evento desde a oxigenação do planeta, há 2,2 bilhões de anos. As espécies apresentadas no catálogo representam quase 4% de todas as 5,2 mil reconhecidas oficialmente pela Associação Mineralógica Internacional (AMI). A maioria teve origem na mineração e pode ser detectada em depósitos de minério, na escória, nas paredes de túneis, em minas de água e tubulações, entre outros. Três tipos foram descobertos em artefatos de chumbo corroídos de um navio naufragado na Tunísia, dois estavam em peças de bronze egípcias e quatro, em uma região onde os homens pré-históricos que viveram na Áustria faziam fogueiras para sacrifício humano.

Hazen explica que o primeiro grande evento que marca a explosão da diversidade de minérios na história da Terra foi o aumento de oxigênio na atmosfera. A chamada grande oxidação deu origem a pelo menos dois terços das espécies já identificadas. “A evolução mineral continuou pela história da Terra. Levou 4,5 bilhões de anos para elementos que encontramos naturalmente no planeta se combinassem em localizações, profundidades e temperaturas específicas para que se formassem os mais de 5,2 mil minerais que oficialmente reconhecemos hoje. A maioria apareceu depois da grande oxidação”, afirma.

Segundo o mineralogista, dentro dessa coleção, estão 208 minerais produzidos direta ou indiretamente das atividades humanas, a maioria desde meados dos anos 1700. “E acreditamos que outros continuam a se formar nesse ritmo relativamente rápido. Imaginar 250 anos em relação a 2 bilhões é a diferença entre o piscar de olhos (um terço de um segundo) e um mês”, compara. “De forma simples, vivemos em uma era de diversificação de compostos inorgânicos sem paralelo. De fato, se a grande oxidação foi o ‘evento de pontuação’ da história da Terra, o rápido e extensivo impacto geológico do antropoceno é um ponto de exclamação.”

Produção segue

Uma espécie mineral é definida como compostos cristalinos que ocorrem naturalmente e têm uma combinação única de compostos químicos. Os autores do artigo argumentam que, com tantos minerais e compostos semelhantes devendo sua origem à atividade humana, “uma compreensão e uma análise da natureza mineralógica do antropoceno estão garantidas”. Segundo os cientistas, a humanidade impactou na diversidade e na distribuição dos minerais, principalmente, de três formas: manufatura de compostos semelhantes/formação de minerais como bioproduto da atividade humana; movendo de lugar, em grande escala, rochas, sedimentos e minerais; e redistribuindo globalmente minerais de grande valor, como diamantes, rubis, esmeraldas e safiras.

“Dada a influência pervasiva da humanidade no ambiente, deve haver centenas de minerais ainda não reconhecidos em antigas minas, prédios abandonados, fundições e outros locais. Enquanto isso, novas formas de compostos devem estar se formando, por exemplo, em locais de descarte de resíduos sólidos, onde pilhas, eletrônicos e outros lixos high tech expostos ao tempo e a alterações”, acredita Robert Downs, pesquisador da Universidade do Arizona (EUA) e coautor do artigo. “Em camadas sedimentares deixadas por nossa época, mineralogistas do futuro vão encontrar muitos materiais de construção, como tijolos, cimento, titânio, ferro e alumínio, ao lado de bioprodutos radioativos letais da era nuclear. Eles também podem ficar maravilhados com algumas gemas manufaturadas,

como zircônio cúbico, rubis sintético e muitos outros”, acrescenta Marcus Origlieri, também da Universidade do Arizona.

Muitos dos minerais derivados de atividade humana podem não ser reconhecidos oficialmente. A calclacita, descrita por um cientista na Bélgica, em 1959, e originada de um gabinete de armazenamento de espécies minerais feito de carvalho, por exemplo, chegou a ser classificada, mas perdeu o status em 1998. Muitos outros minerais antropogênicos saíram da lista. Para Edward Grew, pesquisador da Universidade do Maine, eles não deveriam ser excluídos, mas poderiam ter entrado em outras categorias.

Organização geológica

Épocas são divisões do tempo geológico. De acordo com a União Internacional de Ciências Geológicas, a organização que define a escala de tempo da Terra, atualmente vivemos no Holoceno, iniciado há 11,5 mil anos, após a última era do gelo. O Antropoceno, época proposta por Paul Crutzen e endossada por muitos especialistas, vem de antropo, palavra grega que significa “homem”.

MME / ASCOM .